

**Boletim Número 94****Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2022****EDITORIAL**

O boletim de nº 94 traz os assuntos de destaque na América Latina nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022, referentes à essa edição. Neste boletim, procurou-se abordar o resultado das eleições majoritárias que ocorreram no Brasil, levando em conta principalmente a disputa entre os presidenciáveis Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, com a eventual vitória e reeleição de Lula. Portanto, procura-se entender os impactos da vitória petista sobre o candidato da extrema-direita, as reações dos diversos campos políticos e sociais, assim como os desafios que surgem para o novo governo eleito, e também a mudança que a vitória de Lula traz para a conjuntura política da América Latina, visto que claramente a posição internacional brasileira irá se alterar no novo governo. Ainda analisando a conjuntura nacional, relembramos mais uma comemoração do Mês da Consciência Negra; mês com notórias ações afirmativas que visam demonstrar a importância da participação negra na sociedade brasileira, que neste ano também ressaltou os 10 anos da vigência da lei 12.711, chamada também de Lei de Cotas, que prevê que uma parcela das vagas das universidades e institutos federais sejam reservadas a estudantes oriundos(as) do ensino público a partir de critérios étnico-raciais, de renda e deficiência.

Por fim, é importante analisar alguns dos processos políticos e econômicos que estão ocorrendo na América Latina; como a turbulência política que ocorreu no Peru neste mês de dezembro, com a tentativa de golpe perpetrada pelo presidente Pedro Castillo, sua posterior prisão e a aprovação do pedido de impeachment – o terceiro pedido em menos de 2 anos de governo – que geram agora mais conturbação à instabilidade política do país. No caso da Colômbia, o crescente cinismo, machismo e sexismo que são trazidos à tona quando projetos que contém críticas aos privilégios estabelecidos para certos setores sociais ocupam espaços de poder na agenda política.

Concluindo, também contamos com a Agenda Acadêmica, com alguns dos principais eventos que tangem os direitos humanos. Temos também os Lançamentos, que incluem livros, filmes e peças no mesmo âmbito.

Desejamos a todos boas reflexões, uma boa leitura e também um feliz Ano Novo! Que 2023 seja um ano de muitas lutas e muitas vitórias para todos nós!

**Profa. Dra. Silene de Moraes Freire**  
**Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ**  
**André Luiz Brito Silva Ferreira**  
**Bolsista pesquisador do PROEALC**

*Em Foco I*

**Resultados do Brasil na América Latina: quais as impressões da região?**

**Por Ociel Alí Lopez**  
**08/11/2022**

Tendo em conta o primeiro turno da eleição presidencial do Brasil, a América Latina olha para o futuro próximo do vizinho com esperança, mas também com um sentimento de incerteza. E não há uma, mas várias razões para estas percepções que têm varrido a região desde que os resultados do primeiro turno foram anunciados.

Por um lado, a votação ganha por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que praticamente chegou perto de uma vitória definitiva na primeira volta, mostra que a criminalização mediática do líder trabalhista, dos seus colaboradores próximos e do seu partido não alcançou o objetivo de o enterrar politicamente. Com a vitória do petista, os meios de comunicação social parecem hoje menos poderosos, e a estratégia de acusação que têm aplicado em toda a América Latina contra líderes progressistas não foi tão bem-sucedida como esperavam.

A judicialização de líderes não garante o establishment: acabar com a esquerda.

Tal vitória de Lula tranquiliza a região, porque projeta que as lutas sociais não se perderão através da vingança dos grupos de poder. Após anos de criminalização, perseguição, blasfêmia e prisão, Lula ainda lá está.

O Brasil deu ao mundo um exemplo de perseverança dos seus líderes e da capacidade de se recuperar das piores armadilhas que até incluíram a prisão no seu repertório de perseguição. Uma tal "ressurreição" não é uma coisa qualquer para um líder.

Mas esta esperança não é a única sensação que percorre na região.

Com o resultado de 2 de outubro, a América Latina vive um sentimento de vertigem devido ao bom resultado alcançado pelo atual presidente, Jair Bolsonaro. Não só inesperado, mas também muito revelador devido ao fato de ter estado longe da reeleição pretendida, mas muito próximo do poder político e factual.

E não estamos falando apenas dos resultados parlamentares e da surpreendente participação eleitoral de Bolsonaro (43,2%), muito superior ao esperado pelas pesquisas e pelo ambiente político. Acima de tudo, estamos especulando sobre a eficácia com que o "populismo de direita" tem vindo a esculpir o território popular que a esquerda tinha monopolizado durante várias décadas.

A direita populista está fora da garrafa, porque já não está enclausurada nas classes média e alta, mas criou raízes nas classes populares, e a partir daí faz política.

Bolsonaro não foi a estas eleições representando as elites, os partidos tradicionais ou os empórios mediáticos. O atual presidente do Brasil, no meio de tantas declarações loucas, permaneceu coerente na sua ordem discursiva e hoje é o principal representante da "antipatia ao establishment", um lugar natural para a esquerda e o progressismo.

Com o resultado, Bolsonaro, embora matematicamente muito difícil para a segunda rodada, ainda está vivo.

Não só por uma votação que parece mais esquiiva, mas também pelo futuro político, graças sobretudo ao apoio que conseguiu cimentar nos setores populares, que hoje dão destaque ao bolsonarismo com os ganhos legislativos e regionais alcançados em 2 de outubro.

O "populismo de direita" como categoria sociológica infiltrou-se em muitos setores populares, não só no Brasil, mas também na América Latina.

Assim, a preocupação da esquerda latino-americana não é apenas o Brasil ou um Bolsonaro que provavelmente veremos perder em 30 de Outubro, mas a eficácia dos setores

conservadores na implementação de uma estratégia que não só consegue seguidores em todo o lado, como provou que sabe como mantê-los.

Como dissemos, isto não está ocorrendo apenas no Brasil.

Nas eleições presidenciais colombianas deste ano, Rodolfo Hernández também concebeu uma política populista de direita e conseguiu não só estar no segundo turno inesperadamente, mas também chegar muito perto do seu formidável adversário, o atual presidente Gustavo Petro. José Antonio Kast aguarda a sua vez no Chile. O conservadorismo peruano reforçou-se nas eleições regionais, e na Argentina diversas fórmulas radicais estão fazendo fila para ganhar dinheiro com o enfraquecimento da administração presidencial.

A direita está perdendo em vários países da região, mas está a reconstruir-se e a posicionar-se como um vencedor.

E isto não se deve apenas aos erros da esquerda, mas sobretudo porque está roubando a capacidade de apelar aos setores populares. Se os setores populares só foram convencidos pelo discurso da esquerda, agora têm novos canais de interpelação que estão se formando e enraizados a partir da direita, com sucesso comprovado.

Também o fazem denunciando o status quo em que incluem os líderes da esquerda, por mais que a classe trabalhadora ou proletária sejam as suas origens, tornando-os apenas mais um elemento da paisagem do establishment.

Se a esquerda se enredou no institucionalismo e imobilidade do centro, então a direita coloca-se fora dos parâmetros do establishment político e atrairá os descrentes da política tradicional que abundam na complexidade do mundo popular.

Assim, o principal risco nem sequer é que Lula no seu terceiro mandato acabe em impeachment, ou que seja removido por forças obscuras de direita. A esquerda e os setores populares mobilizados sabem como responder a este cenário.

O principal risco, que poderia acabar com a esquerda, é que os conservadores consigam hegemonizar o campo popular e saibam como implementar projetos políticos apoiados pelo antigo domínio da esquerda. A partir da oposição é ainda mais fácil.

Também impaciente por conhecer a fraqueza com que a esquerda deve governar, não porque isso a forçará a formar alianças táticas com o centro, que faz parte da política cotidiana, mas porque no meio da ressaca e do poder da direita radical, pode esquecer, de uma vez por todas, o projeto de transformação social que prometeu desde a sua própria existência.

Para poder governar, Lula terá de ir demasiado longe para o centro negociar, estar mais do que sob pressão, ser chantageado, e sempre na zona de suspeita, à beira de ser novamente processado.

Os ataques serão implacáveis.

O Lula que chegou ao poder no início do século, cheio de esperança para um continente que se virava espetacularmente para a esquerda, já não é o mesmo Lula, nem é a mesma América Latina, nem é a mesma esquerda.

É um Lula mais experiente, com maiores capacidades de negociação, mas também com mais certezas sobre as suas limitações. Lula terá a tarefa titânica de demonstrar que não só ocupa a desejem outra direção, para o tirar das areias movediças onde a verdadeira política o colocou.

Estas semanas que o separam do segundo turno são cruciais para mostrar que ele pode recuperar a sua narrativa esperançosa.

Por outro lado, até 30 de outubro, um Bolsonaro enfraquecido terá de se preparar para aceitar publicamente a sua derrota ou, no melhor estilo do trumpismo, ignorar o resultado.

Se ele decidir fazer o primeiro, será o "bolsonarismo" e não o Bolsonaro que terá muito poder e tentará, jogando política, sem atalhos loucos e com uma mão esquerda, posicionar-se como líder da oposição, usar todo o poder acumulado no Parlamento e nos governos, esperar pela sua nova vez e reconstruir-se como a fórmula majoritária.

A direita, e não só do Brasil, embora perdendo eleições presidenciais em todo o continente, está também a recompor-se, afastando-se dos caminhos mais liberais, institucionais e centristas e como resultado de uma narrativa rupturista contra o status quo, que está a conquistar os setores subalternos.

Será que a esquerda do continente será capaz de sair das cordas, tomar a iniciativa e reforçar o seu potencial interpelatório?

Isto ainda está por ver, não só no Brasil, mas também na América Latina.

**Link:** <https://operamundi.uol.com.br/analise/77036/resultados-do-brasil-na-america-latina-quais-as-impressoes-da-regiao>

## *Em Foco II*

---

### *Lula precisa reconstitucionalizar o Brasil*

**Por Luis Felipe Miguel**  
29/11/2022

Lula assume a presidência no próximo dia 1º de janeiro com um conjunto hercúleo de tarefas a cumprir. Afinal, os últimos anos foram de acelerada destruição do país. O novo presidente precisa reinserir o Brasil no mundo, restaurar os compromissos sociais do Estado, retomar o caminho do desenvolvimento, conter o colapso ambiental e pacificar a disputa política. Um desafio, em particular, atravessa todos os outros e é crucial para o futuro de nossa democracia: Lula precisa comandar o processo de reconstitucionalização do Brasil.

A derrota de Bolsonaro retira do horizonte o risco de um fechamento autoritário, mas ainda há muito a fazer para que a Constituição de 1988 volte a vigorar no país. Trata-se, em primeiro lugar, de restaurar a divisão de poderes, o princípio de igualdade perante a lei e o consenso sobre o respeito aos resultados eleitorais, pilares da ordem democrática e liberal que se quis edificar a partir da superação da ditadura de 1964. É claro que, com a chegada ao poder de um grupo abertamente saudoso do regime militar, estes princípios seriam colocados sob ataque.

Mas convém lembrar que o esvaziamento da Constituição não começou com Bolsonaro. O ponto de partida é o golpe de 2016 – quando grupos inconformados com a reeleição de Dilma Rousseff decidiram patrocinar uma “virada de mesa”, derrubando-a num processo de impeachment que, da legalidade, preservou apenas a fachada. Foi violado ali o elemento basilar da democracia eleitoral, aquele que determina que os mais votados são empossados e governam. Mas não foi só isso. A Operação Lava Jato, então com a complacência das cortes superiores, fez do Judiciário um instrumento de perseguição política, deixando evidente uma aplicação tendenciosa da lei. Em 2018, o “impeachment preventivo” de Lula, impedindo-o de

concorrer às eleições, com nada discreta participação da cúpula militar, carimbou de vez a situação do país como estado de exceção.

A desorganização institucional ficou patente desde o golpe. Um episódio é ilustrativo: em dezembro de 2016, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, determinou o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado. Calheiros se recusou a cumprir a determinação, foi apoiado pela mesa do Senado e o pleno do Supremo acabou por aceitar a situação, revogando a decisão de Mello. Em suma, a relação entre os poderes tomava a forma de uma queda de braço, em que ganhava quem pudesse mais. A presidência Bolsonaro, com suas ameaças, bravatas e abusos, seguidos por “advertências” e jantares voltados à “harmonização” entre os poderes, tudo definido de acordo com os recursos e blefes lançados à mesa, escancarou uma situação na qual as regras constitucionais não vigoravam mais.

A campanha eleitoral que se encerrou há pouco revela, com clareza ímpar, a dimensão do impasse em que o Brasil foi colocado. Em relação a muitos dos abusos de Bolsonaro, a começar pelo uso da máquina pública em favor de sua candidatura, pelo pouco velado incentivo à violência política e pela reiteração de ameaças golpistas, as instituições optaram pela leniência – pouco ou nada fizeram para coibi-los. Coube ao ministro Alexandre de Moraes tomar a si a tarefa de enfrentar a desinformação, peça central da estratégia da reeleição, por meio de atitudes voluntaristas, que – embora justificadas pelas urgências do momento – não fornecem fundamento para um ordenamento jurídico estável.

A questão candente da liberdade de expressão serve de perfeito exemplo. Sim, os brados de “censura” da extrema-direita são hipócritas, já que ela apostava na difusão deliberada de mentiras com o objetivo de desvirtuar a escolha popular. Uma ação rápida e enérgica era necessária, para evitar danos irremediáveis ao processo eleitoral. Mas ainda falta definir o arcabouço legal que permita estabelecer a sanidade do debate público, sem comprometer a liberdade dos agentes e sem depender do arbítrio de algum xerife do momento.

É fundamental, portanto, voltar a traçar as fronteiras entre os poderes e a definir as atribuições de cada um, permitindo tanto que eles deem previsibilidade à disputa política e à vida social quanto restabelecendo o equilíbrio do sistema de freios mútuos, que, no arranjo liberal, é a garantia da não-tirania. Mas é preciso levar em conta o fato de que as instituições são “povoadas”, isto é, não operam de forma automática, mas por meio dos agentes que nelas ocupam os cargos. Isto significa que seu funcionamento é dependente também do material humano que as compõe. No caso do Brasil, é forçoso reconhecer que a qualidade deste material é baixa. Uma boa parcela do Congresso é formada por pessoas não apenas pouco qualificadas intelectualmente, mas desprovidas de qualquer senso de dever público; e o mesmo se pode dizer das cortes superiores – nem é preciso citar exemplos. O vale-tudo em que a política foi transformada retirou as últimas inibições para que essas pessoas se comportassem de forma ainda mais predatória e truculenta, gerando um autêntico círculo vicioso.

Um elemento extra da confusão institucional brasileira é o crescimento da presença política militar. Uma certa “doutrina Villas Bôas”, elaborada pelo ex-comandante do Exército, determinaria que as Forças Armadas deveriam ser incorporadas como interlocutores “normais” do debate político. Mas elas evidentemente não são “normais”, pelo simples fato de que estão armadas. Suas intervenções sempre têm um tom de ameaça. Caso se envolvam na política, o risco de que cerceiem ou tutelem o poder civil está presente. E, não importa o que digam suas doutrinas, os militares brasileiros não se consideram um interlocutor político como os outros.

Suas intervenções sempre namoram o mito do “poder moderador” – a ideia fantasiosa de que cabe às Forças Armadas a palavra final nos desentendimentos entre os poderes da República. Também gostam de se arrogar detentoras de um patriotismo especial, inacessível aos civis. No entanto, comumente agem, como bem se vê agora, não em defesa de qualquer ideia, mesmo equivocada, de Pátria, mas para proteger vantagens mesquinhas.

Do apoio velado ao golpe de 2016 ao famigerado tuíte do próprio Villas Bôas (ameaçando o Supremo caso concedesse habeas corpus a Lula, em 2018) e daí à lambança no governo Bolsonaro, as Forças Armadas brasileiras só fizeram confirmar sua inadaptação ao regime democrático – no qual seu papel político é obedecer ao poder civil e nada mais. Caso enfrente a questão, estabelecendo o silêncio político dos militares como princípio inarredável, punindo manifestações golpistas e saudosismo da ditadura, o novo governo certamente sofrerá tensões. Mas, caso repita o que se fez na transição dos anos 1980 e opte por não a enfrentar, condenará o Brasil a uma democracia limitada, tutelada e possivelmente efêmera. A profunda desmoralização da corporação militar, dados os vexames que acumulou nos últimos anos, talvez forneça a janela de oportunidade para que esse nó, enfim, comece a ser desatado.

Há um último desafio, não menos importante, à tarefa de reconstitucionalização do país. Trata-se de estender a vigência das garantias constitucionais aos espaços geográficos e sociais em que, mesmo durante os melhores momentos da democracia brasileira, elas tiveram dificuldade de entrar: as periferias, os territórios indígenas, as zonas conflagradas do campo, os locais de trabalho. Trata-se tanto de uma questão de justiça quanto de pragmatismo político. Afinal, é a força dos grupos sociais dominados que, em última instância, mantém vivas as práticas democráticas. Quanto mais esses grupos foram capazes de usufruir dos benefícios que a democracia traz, tendo garantidos direitos e conquistando uma voz a ser ouvida nos processos de tomada de decisão, maior seu interesse em lutar para preservá-la.

**Link:** <https://blogdaboitempo.com.br/2022/11/29/lula-precisa-reconstitucionalizar-o-brasil/>

### *Em Foco III*

---

#### *O desafio da desmilitarização: da transição ao governo*

**Por Jorge M. Oliveira Rodrigues**  
30/11/2022

A vitória eleitoral de Luíz Inácio Lula da Silva trouxe um alívio ao campo democrático e popular. Todavia, o alívio inicial não implicava na calmaria de percurso. Poucas semanas depois do pleito eleitoral, ainda lidamos com o golpismo às portas dos quartéis, questionamentos sem embasamento acerca da segurança das urnas e manifestações antidemocráticas de militares, da ativa e da reserva.

Nesse contexto, entre discussões sobre a PEC da Transição e a articulação política do futuro governo, os olhares se voltaram à composição da equipe de transição e de seus Grupos Técnicos (GT), bem como, eventualmente, à nomeação de possíveis ministros de Lula. Na esteira da instabilidade política e da militarização, cujo ápice vivenciamos nos últimos 4 anos, as indicações para a área de Defesa se viram travadas.

Às vésperas da entrega do relatório preliminar dos grupos técnicos, os trabalhos no GT de Defesa sequer haviam começado. Na incerteza, a especulação era a regra. As notícias veiculadas davam conta de uma multitude de vozes que, num cenário ainda nebuloso, buscavam de alguma forma influenciar a nomeação dos membros do GT – quando não do próprio titular da pasta.

Em 23 de novembro, reportagem de Maria Cristina Fernandez no Valor Econômico apresentava alguns nomes que teriam sido consultados para a transição na Defesa, bem como tantos outros que seriam cotados para assumir o GT. Segundo a matéria, Nelson Jobim, Celso Amorim e Jaques Wagner, ex-ministros da Defesa nos governos do Partido dos Trabalhadores, teriam sugerido nomes para o grupo, influenciando sua composição.

Dentre os indicados estariam nomes como o de Adriana Marques e Manuel Domingos Neto, professores e pesquisadores reconhecidos na área, bem como dos ex-comandantes do Exército, Enzo Peri, e da Aeronáutica, Juniti Saito, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Até mesmo Fernando Azevedo e Edson Pujol, respectivamente ex-ministro da Defesa e ex-comandante do Exército durante o governo Bolsonaro, teriam sido consultados pela equipe de transição, refletindo a situação delicada que o governo eleito teria de enfrentar em suas relações com as Forças Armadas num contexto político marcado pelo militarismo.

Era esse o quadro quando, no dia 29 de novembro, reportagem do jornal O Globo anunciava que Lula teria desistido da criação do GT de Defesa e optado, no lugar, pela nomeação direta de ministro e comandantes das forças armadas. As indicações ocorreriam na semana seguinte. Entretanto, um nome aparecia como forte cotado para titularidade da pasta: José Múcio Monteiro.

Ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), ex-deputado federal e ex-ministro do segundo governo Lula, José Múcio apareceu como um estranho consenso numa área que até então tinha como marca principal a indefinição. Militares ligados a Bolsonaro e o vice-presidente, Hamilton Mourão, viam como positiva a indicação de Múcio ao cargo, acendendo um alerta necessário.

O próprio Jair Bolsonaro já havia demonstrado seu apreço pelo ex-ministro, ressaltando seu perfil “conciliador”. Não bastasse, o silêncio que até então prevalecia em torno de seu nome indicava que alguém vinha trabalhando pela sua nomeação nos bastidores, reforçando as suspeitas quanto à escolha.

Enquanto na grande imprensa a nomeação de José Múcio era tida como certa, naquele mesmo 29 de novembro, reportagem de Jamil Chade no UOL ia em direção contrária e afirmava que não havia definição na Defesa. O jornalista atribuía a fontes na equipe de transição do governo a declaração de que a escolha do ex-ministro do TCU vinha sendo articulada – e imposta – pelo Alto Comando das forças.

A transição na Defesa segue travada. Em que pese a chuva de notícias nos últimos dias, com profusão de declarações atribuídas a membros da equipe de transição, a análise cautelosa exige o passar do tempo. Estamos, portanto, num cenário de incertezas do qual suscitam algumas questões relevantes não apenas do ponto de vista das relações civis-militares e da área de

Defesa, mas também para o governo que se inicia em janeiro de 2023 e para o próprio processo de reconstrução e fortalecimento da democracia brasileira.

1. A dissolução do GT de Defesa, se confirmada, assinala uma tendência negativa e historicamente dominante no Brasil: o alijamento do debate democrático na área. Ao excluir a sociedade civil do escrutínio envolvido nas avaliações das equipes de transição, reforça-se a história manutenção da Defesa como área exclusiva de atuação militar. No contexto atual, de espraiamento do militarismo em nossa sociedade, essa tendência representa um entrave à democratização da temática e um desafio adicional ao já fragilizado controle civil sobre as forças armadas. Estaremos fadados a repetir os mesmos erros ou, pelo contrário, trataremos desta política pública sob a égide do debate democrático?

2. É um péssimo sinal que aceitemos que o ministro da Defesa seja vetado ou aprovado pelas forças armadas que, em tese, lhe devem obediência. Normalizar que as forças opinem sobre o ministro e, ainda pior, busquem influenciar ativamente a indicação, trabalhando por um nome que lhes agrade, é normalizar a interferência política dos militares.

Ao que parece, é exatamente o que está em curso com a “aquiescência geral” em torno do nome de José Múcio – como mencionou Piero Leirner em sua conta no Twitter, trata-se do fim das discussões com civis e, por lógica, da prevalência da posição dos militares. Queremos partir da mesma leniência que nos legou o governo autoritário e militarizado de Jair Bolsonaro ou, pelo contrário, buscaremos trabalhar desde já pelo fortalecimento do controle democrático sobre as forças armadas?

3. Nesse contexto, a possibilidade de elaborar e implementar uma política de Defesa que responda a uma estratégia politicamente definida e voltada para a defesa da soberania nacional contra ameaças externas país parece exígua. É possível falar em política de Defesa num cenário em que a regra é justamente a ingerência política dos militares? Como discutir soberania nacional quando os sinais são de que as forças armadas, peça fundamental nessa equação, optaram pela atuação no cenário interno, inclusive com sinais contundentes sobre quais grupos identificam como inimigos internos?

A eleição de Lula marcou o início de um necessário processo de normalização da vida política nacional e de reconstrução da democracia, tão fragilizada pelo autoritarismo de extrema direita do governo de Jair Bolsonaro e dos militares que a ele se alinharam. É preciso garantir a continuidade desse processo, contra forças reacionárias que se expressam, com ou sem farda, em evidente atentado à democracia.

No campo específico da Defesa e das relações civis-militares, é preciso ter consciência do tamanho do desafio. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sistematizados pelo Observatório da Defesa e Soberania do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, demonstram que “não há nenhum indicativo de desmilitarização da política” no Brasil. O número de candidaturas militares e o crescimento da bancada das forças armadas no Congresso sinalizam “não apenas para a permanência, mas também para o crescimento da militarização da política e o aprofundamento da politização (ou partidarização) dos quartéis”.

Não podemos, portanto, permitir que as tratativas da Defesa no novo governo Lula se iniciem a partir da confusão deliberada entre conciliação e leniência, articulação e anistia.

Pautar a desmilitarização – e mesmo a luta contra a anistia daqueles que, desde já, buscam a impunidade por seus crimes– não deve ser ação esperada apenas da institucionalidade. Pelo histórico brasileiro, pela articulação que deverá ocupar o governo e pela sensibilidade do momento político nacional, a desmilitarização deve ser pauta defendida num movimento amplo, de fortes bases sociais e que, a partir da pressão popular, pressione os atores políticos e a institucionalidade contra os abusos do militarismo no Brasil.

Ao mesmo tempo, não é possível falar nos riscos da militarização num país que sequer fez seu dever de casa no que diz respeito à superação do passado ditatorial – ou ainda, para ir além, de seu histórico colonial. É preciso não apenas recuperar a memória do que foram os abomináveis anos da ditadura militar no Brasil, mas principalmente defender a importância da democracia, aprofundando-a, para que não seja confundida com mero rito eleitoral e que não se restrinja a uns poucos abastados.

É preciso, enfim, defender a construção de uma democracia de fato, que não difira Leblon de Complexo do Alemão, Grajaú de Bela Vista ou Rosa Elze de 13 de Julho. Só assim, com um consenso em torno de uma democracia real, poderemos lutar contra o militarismo enquanto tradição política de violência.

**Link:** <https://www.brasilefato.com.br/2022/11/30/artigo-o-desafio-da-desmilitarizacao-da-transicao-ao-governo>

## *Em Foco IV*

---

### *Lei de Cotas: balanços e perspectivas*

**Por Regimeire Oliveira Maciel**  
31/10/2022

Os anos 2000 anunciaram um novo tempo no que diz respeito à chamada questão racial brasileira. É a partir daí que vimos surgir um conjunto de medidas que sintetizou a luta de décadas por igualdade racial no país. Essa mobilização é resultado de muitos passos dados pelo movimento negro brasileiro em diferentes épocas, mas sobretudo a partir da Constituição de 1988.

Ao incorporar elementos da pauta racial, como a criminalização do racismo e o reconhecimento das terras quilombolas, esse ativismo consolidou a denúncia do racismo como elemento organizador da vida social brasileira. E, em 1995, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida ajudou a ampliar a reivindicação por políticas públicas de combate à desigualdade racial ao exigir do governo federal a construção de políticas públicas específicas para a população negra.

É nesse cenário que surge um dos principais mecanismos de combate ao racismo nas últimas décadas: as políticas de ação afirmativa. A sua principal modalidade, as cotas raciais, tornou-se realidade a partir do começo dos anos 2000, quando se tem as primeiras experiências de reserva de vagas em entidades públicas: os casos das instituições estaduais do Rio de Janeiro

e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A partir desse período, diversas universidades passaram a adotar políticas similares e, em 2012, foi aprovada a chamada Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que estabeleceu que 50% das matrículas de institutos e universidades federais devem ser destinadas a estudantes de escolas públicas.

De acordo com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), em 2018 todas as instituições universitárias federais já contavam com cotas em cumprimento a essa legislação. Com isso, tem-se registrado um aumento considerável da presença de pessoas negras no ensino superior. Em 2018, por exemplo, as instituições públicas contavam com 50,3% de matrículas de pessoas pretas e pardas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esses dados indicam, assim, que as cotas iniciam a consolidação de um projeto de democratização do ensino superior brasileiro e, conseqüentemente, permitem também o desmonte de estruturas racistas enraizadas nesse nível de ensino, pois há décadas o ativismo antirracista chamava atenção para o fato de as instituições públicas permanecerem um corpo discente incompatível com a realidade sócio-racial brasileira.

As cotas no acesso aos cursos de graduação nas instituições de ensino superior também inspiraram importantes mudanças em outros campos. Por exemplo, as demandas e debates associados a essas políticas que orientaram o estabelecimento de reserva de vagas nos concursos públicos federais, por meio da Lei 12.990/2014, e também nos cursos de pós-graduação. Neste último caso, por mais que não se tenha uma legislação nacional, até 2021, segundo o Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (OBAAP), 54,3% dos programas de pós-graduação de universidades públicas adotaram políticas de ação afirmativa no acesso.

É a partir desse contexto que a Lei de Cotas tem sido rediscutida neste ano. A própria lei prevê esse processo. No entanto, há sinalizações de diferentes ordens. Há, por exemplo, quem esteja aproveitando o momento para propor a descontinuação das cotas para alguns segmentos, como pode ser visto no Projeto de Lei 4.125/2021, que pretende revogar os artigos da lei que atualmente preveem a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas e pessoas com deficiência. No entanto, há também uma ampla mobilização para a manutenção da Lei de Cotas na sua totalidade.

Esse é o caso do Projeto de Lei 5384/2020, que aguarda discussão em plenário e prevê a alteração da Lei nº 12.711/2012, tornando permanente a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior e ensino técnico de nível médio.

Cabe destacar que o debate pela manutenção dessa política, tal qual ocorreu no começo dos anos 2000, conta com a intensa participação do ativismo negro, exemplificado aqui pela atuação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a Coalização Negra por Direitos. São esses sujeitos que têm sustentado a compreensão de que não se pode descontinuar uma política que tem respondido tão fortemente ao racismo brasileiro.

Nesse sentido, a sociedade brasileira mais ampla também precisa assumir uma postura de defesa dessas políticas. Elas não significam apenas a possibilidade de se ter um ensino superior mais condizente com a diversidade entre nós existente, mas também têm se constituído como umas das poucas medidas capazes de questionar as bases de uma das mais importantes

instituições brasileiras – as universidades públicas – mantidas, até o início dos anos 2000, quase intocadas do ponto de vista das discriminações estruturais que nos constituem. Se quisermos continuar condenando e enfrentando tais discriminações, uma saída é seguir percorrendo o caminho aberto pelas ações afirmativas via políticas de cotas.

**Link:** <https://www.sescsp.org.br/uma-decada-da-lei-de-cotas-artigos-fazem-um-balanco-da-acao-afirmativa/#novembro-integra>

## *Em Foco V*

---

***Em seis dias, ficará mais fácil punir Bolsonaro pelo terror em seu nome***

**Por Leonardo Sakamoto**  
26/11/2022

Em seis dias, o presidente Jair Bolsonaro perderá o foro privilegiado, escudo que usou para cometer crimes com a complacência do centrão e as vistas grossas da Procuradoria-Geral da República. A partir daí, será mais fácil responsabilizá-lo pela violência de caráter político incitada por ele e pelo terrorismo promovido em seu nome, como a bomba plantada no caminhão de combustíveis em Brasília. Caberá ao sistema de Justiça escolher se abraçará o deixa-disso ou a Constituição.

A partir de Primeiro de Janeiro, ele voltará a ser tratado como um cidadão comum, perdendo o direito de responder processos no Supremo Tribunal Federal. Com isso, ações que o envolvam caem para a primeira instância - com exceção de casos que ministros do STF desejem manter sob sua responsabilidade. Na lista, podem estar os inquéritos sobre as milícias contra as instituições democráticas, nas mãos de Alexandre de Moraes.

No limite, Jair pode até ter a prisão decretada por juízes de primeira instância que aceitem a argumentação do Ministério Público de que ele é corresponsável por atos de violência política. Por muito, muito menos, teve gente que ganhou um Airbnb gratuito de longa estadia na carceragem da Polícia Federal durante os anos da Lava Jato.

Se alguém incita uma multidão a despejar esterco na rua torna-se corresponsável quando o produto começa a feder e atrair todo tipo de vermes e bichos, não podendo se isentar apelando à liberdade de expressão. Por mais que se comporte como hipossuficiente, Bolsonaro não é.

Ele atiçou seguidores contra as instituições e a ordem pública, plantando mentiras na cabeça de milhões, mesmo sabendo que, entre eles, há maníacos e pessoas com transtornos mentais. Não apenas facilitou que a extrema direita adquirisse armas, mas incentivou que isso acontecesse. "Tem que todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado", disse no dia 27 de agosto de 2021. "Eu sei que custa caro. Aí tem um idiota: Ah, tem que comprar é feijão. Cara, se você não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar."

George Washington Sousa, preso por planejar a explosão de um caminhão de combustíveis perto do Aeroporto de Brasília, disse que a declaração do presidente sobre não ser escravizado é que o levou a adquirir um arsenal.

E basicamente pediu para que os seguidores fossem às últimas consequências. No dia 17 de maio deste ano, afirmou que isso poderia ser necessário para a garantia de preservação da democracia, sua visão violenta de democracia, no caso. E foi bem direto: "Não interessa os meios que um dia porventura tenhamos que usar". Tipo, explosivos e milhares de litros de gasolina.

Não é a mão de Jair que plantou a bomba perto do aeroporto, ateou fogo em ônibus e carros nas ruas da capital federal, incendiou caminhões em Itaúba (MT) ou tentou matar policiais a bala em Novo Progresso (PA). Mas foi a repetição de seus discursos, de seus decretos armamentistas e de sua difusão de desinformação que tornaram tais atos uma obrigação a seus seguidores, quase uma missão divina.

No livro "Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal", a filósofa Hanna Arendt conta a história da captura do carrasco Eichmann, na Argentina, por agentes israelenses, e seu consequente julgamento. Ela, judia e alemã, chegou a ficar presa em um campo de concentração antes de conseguir fugir para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

Ao contrário da descrição de um demônio que todos esperavam em seus relatos, originalmente produzidos para a revista New Yorker, o que ela viu foi um funcionário público carreirista, que não refletia sobre suas ações e atividades e que repetia clichês. Ele não apresentava distúrbios mentais ou caráter doentio. Agia acreditando que, se cumprisse as ordens que lhe fossem dadas, seria reconhecido entre seus pares por isso.

A autora não quis com o texto, que acabou lhe rendendo ameaças na época, suavizar os resultados da ação de Eichmann, mas entendê-la em um contexto maior. Para Arendt, a maldade foi sendo construída aos poucos na Alemanha, por influência de pessoas e diante da falta de crítica, ocupando espaço quando as instituições politicamente permitiram. O vazio de pensamento é o ambiente em que o "mal" se aconchega, abrindo espaço para a banalização da morte e da violência.

É assustador saber que alguém visto como "comum" pode ser capaz, nos contextos histórico, político e institucional apropriados, tornar-se o que convenciamos chamar de monstro. Ou seja, os monstros são nossos parentes, vizinhos ou podemos ser nós mesmos. Pode ser o cara que é dono do posto de combustível, como George.

Desde o assassinato de Marcelo Arruda por Jorge Guarinho, que inaugurou a série de execuções de petistas pelas mãos de bolsonaristas durante as eleições, Jair diz que não incita a violência. Mas a sobreposição de seus discursos ao longo do tempo distorce o mundo e torna a agressão banal. Ou, melhor dizendo, "necessária" para tirar o país do caos e levá-lo à ordem.

Isso acaba por alimentar a intolerância, que depois será consumida por seguidores inconsequentes que fazem o serviço sujo. Como George.

A boa notícia da releitura de Hanna Arendt, se é que há uma, é que quando o movimento totalitário cai, os fanáticos podem mudar. Ou seja, há luz no fim deste mandato.

"Os membros dos movimentos totalitários, inteiramente fanáticos, enquanto o movimento existe, não seguem o exemplo dos fanáticos religiosos morrendo como mártires, embora estivessem antes dispostos a morrer como robôs, mas abandonam calmamente o movimento como algo que não deu certo e procuram em torno de si outra ficção promissora, ou esperam até que a velha ficção recupere força."

O grosso daqueles que foram incendiados no período eleitoral deve voltar ao "normal". O que não significa que parte da sociedade não se mantenha em guerra, alimentada pelo ressentimento ou pelo não reconhecimento de derrota eleitoral de seus líderes. E, dentre ela, uma pequena parte aceitará ir às últimas consequências, "não interessando os meios que um dia porventura terão que usar".

Para diminuir o impacto do terrorismo de extrema direita, além da punição aos envolvidos e aos seus financiadores, é necessário impor todo o rigor da lei a quem incutiu a violência política na cabeça de milhões de seguidores.

Será um bom teste para o Poder Judiciário. Caso Bolsonaro viva uma vida tranquila após deixar o poder, seja em um condomínio pago pelo PL, em Brasília, seja voltando ao Vivendas Barra, no Rio, significa que temos um sistema de Justiça tão complacente quanto foi o centrão e a PGR.

**Link:** <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/26/sakamoto-em-seis-dias-ficara-mais-facil-punir-bolsonaro-pelo-terror-em-seu-nome>

## *Em Foco VI*

---

### ***Cinismo, sexismo e racismo nos discursos sobre Francia Marquez***

**Por Allinson B. Wolf e Catalina González**  
30/12/2022

Com o triunfo do primeiro governo de esquerda na Colômbia, as atitudes cínicas se aliaram ao racismo, classicismo, sexismo e outras formas de discurso intolerante no país. Embora fosse de se esperar que a desconfiança e o cinismo se exacerbassem nos setores de direita, tal cooperação entre o discurso cínico e o discriminatório é um fenômeno novo e alarmante.

E esta aliança é observada com ênfase especial nas respostas de jornalistas, figuras públicas e cidadãos comuns aos discursos e ações da vice-presidente Francia Márquez (mulher afro-colombiana, líder social, ativista ambiental, feminista e defensora dos direitos humanos) nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais. O cinismo contemporâneo é, sem dúvida, um fenômeno multifacetado e difícil de entender. Nos anos 1980, o termo começou a ser usado, sobretudo nos EUA, para designar uma espécie de pessimismo endêmico fundado na decepcionante constatação por parte dos cidadãos de que o debate político e as instituições estatais haviam se tornado o cenário de disputas entre interesses pessoais ou de grupos econômicos em benefício dos ricos urbanos e em detrimento dos pobres.

Naquele momento, esta atitude cínica era considerada como uma de inteligência, desconfiança saudável e frieza sofisticada; um sinal de que não se pode simplesmente ser enganado. Durante

os anos 1990, o cinismo se estendeu a todos os âmbitos da vida social e tornou-se a convicção generalizada (talvez por causa da lógica capitalista) de que as únicas fontes de motivação humana são os interesses econômicos. Assim, o realismo sofisticado de alguns, a decepção saudável que deu lugar a uma visão crítica da atividade política, transformou-se em uma atitude de total desconfiança nas intenções das pessoas.

Desde o começo do século 21, este novo cinismo começou a se proclamar como uma espécie de "realismo político", ou seja, como uma visão clara do mundo como é. Mas, apesar desta autodefinição parecer inofensiva, o cinismo é o melhor terreno fértil para o extremismo político tanto de direita como de esquerda. E isto é evidente na esfera pública colombiana mediante o apoio a atitudes de intolerância social, como classicismo, racismo, sexismo e xenofobia contra a vice-presidente colombiana, Francia Márquez.

Esta aliança entre cínicos e facções supremacistas, racistas e sexistas no país é muito visível em vários comentários deste caráter sobre a mandatária, que são expressos sem a menor vergonha nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa, como a revista *Semana*. Um cidadão, por exemplo, escreveu no Twitter: "Já começou o show. Agora será 'ser rico é mau' (para os outros, não para eles)", "Os de minha cor foram oprimidos", "Devemos ajudar os mais pobres", "Igualdade para todos", "Saúde gratuita para todos" (para eles, clínicas privadas), "educação gratuita para todos" (para eles, educação privada)".

Neste tuíte, os preconceitos de classe social são expressos mediante o slogan da desconfiança cínica. As reivindicações sociais de esquerda, como "igualdade para todos", "saúde gratuita para todos", etc., são postas entre aspas para indicar que Márquez as sustenta falsamente e que o que lhe interessa é obter os privilégios que as elites têm gozado para sua classe social. Assim, sentimentos antidemocráticos e intolerantes são escondidos sob o manto da "inteligente e sofisticada" desconfiança cínica, do "realismo político" que considera os ideais de justiça social como falsos slogans de setores sociais que, na realidade, não têm direito a qualquer reivindicação.

Há também formas onde o cinismo permite a expressão do racismo e do sexismo, e mediante um tom conciliador, desvia a atenção do público das ofensas diretas que Márquez sofreu por ser negra e mulher. Por exemplo, a revista *Semana* dedica mais de um artigo ao comentário de uma cidadã sobre Márquez durante uma marcha de protesto contra o governo: "E aquele símio, por ter dado um milhão de votos, se considera a corajosa da caminhada? Pobre símio, os símios governando (...) É um símio... Que educação pode ter um negro? Os negros roubam, roubam, assaltam e matam, que educação pode ter um negro?".

A revista em questão, em vez de criticar o discurso intolerante desta mulher, relatou com indignação a resposta pública de Márquez à ofensa depois que afirmou que não toleraria o racismo e, em consequência, denunciaria a mulher na Justiça. A resposta do meio foi a publicação de testemunhos de políticos críticos à decisão de Márquez. Entre eles, o ex-secretário de governo de Bogotá, Luis Ernesto Gómez, que disse: "O racismo da senhora uribista descreve perfeitamente o ditado popular: 'a ignorância é atrevida'. Prezada Francia Márquez, reconsidere sua decisão de não conciliar. Pode dar uma lição à senhora Luz Fabiola e para todo um país que deseja a reconciliação (...)".

O comentário de Gómez minimiza a intolerância das expressões de racismo contra a vice-presidente do país e as explica como mera "ignorância": um mal menor, ao que parece, e que devemos tolerar. Por sua sofisticação cínica e condescendência, solicita à vítima que se

concilie com a perpetradora, ou seja, que por vontade própria, e em virtude de um fim coletivo maior (reconciliação nacional), não utilize os canais do Estado para denunciá-la e permita o tratamento ofensivo e abertamente racista.

Parece que o homem branco privilegiado, partindo de seu reconhecimento cínico de que os interesses egoístas são os que imperam, pede à mandatária que evite o conflito e permita a continuação de um status quo racista, porque, na realidade, a ofensa da qual foi vítima não é importante. Estamos diante de um cínico que justifica o racismo e o sexismo através de discursos que parecem ser "bem-intencionados", mas que, no final, não propagam a verdadeira reconciliação nacional.

Em conclusão, este novo cinismo que se alia à intolerância para alimentar o extremismo político deve ser denunciado. Nossa anuência à fria desconfiança do cínico permitiu que o cinismo oculte e perpetue a opressão dos grupos marginalizados, desviando, com isso, a atenção do que é realmente importante. Isto, através do slogan que, em uma sociedade onde só imperam os interesses econômicos pessoais, as reivindicações sociais são desnecessárias e quem as expressam é desonesto.

**Link:** <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2022/12/cinismo-sexismo-e-racismo-nos-discursos-sobre-francia-marquez.shtml>

## *Em Foco VII*

---

### *Peru: um suicídio político*

Por **Francisco Colaço**  
18/12/2022

"Candidato do partido Peru Livre ainda não foi declarado vencedor porque pedidos de contestação de milhares de votos e centenas de atas das assembleias de voto continuam pendentes. Ele obteve 50,125% dos votos válidos, contra 49,875% de Keiko Fujimori." Peru encerra contagem oficial de votos de eleição presidencial, com Castillo na liderança. Esta era a manchete do periódico [globo.com](http://globo.com) de 15/06/2021.

Os problemas eram mais que muitos. Um país dividido, eleitoralmente, entre o país urbano, com uma capital, Lima, a votar majoritariamente à direita, na oligarquia, capital onde reside um terço da população, e um país rural onde residem dois terços da população, a votar majoritariamente à esquerda. A votação massiva de Lima na direita desequilibra muito a correlação de forças.

Eis quando senão um professor primário rural, ele é do norte do Peru, que liderou uma greve sindical de professores, se postula como candidato num mar de vários candidatos à presidência do Peru, onde quem aparecia como "elegível" era nada mais nada menos que a filha de Alberto Fujimori, ainda preso pelos vários crimes graves cometidos, incluindo esterilização forçada de mulheres peruanas, numa forma que os nazis invejariam, pelo cinismo e eficácia.

Um país rico, a sua oligarquia vive entre Lima e Miami, e a grande maioria da sua população é muito pobre. Peru, o segundo produtor mundial de cobre, o quarto produtor mundial de ouro e prata, uma produção de petróleo de 40,270 barris por dia (dados de 2018), agricultura e pescas... Um PIB de 226,8 mil milhões de dólares (2019), segundo o Banco Mundial.

Com 33 milhões de habitantes, a capital Lima tem cerca de 10 milhões de habitantes, é uma típica grande metrópole latino-americana, com todas as características sociais e económicas usuais em todas as grandes metrópoles desse continente. As principais etnias são a quíchua (47%), a mestiça (32%) e a branca (12%). As línguas oficiais são o castelhano, o quíchua e o aymara.

Mandato marcado por ofensiva constante da direita e fragmentações na maioria presidencial

Recapitulando: Pedro Castillo obteve 50,125% dos votos válidos, contra 49,875% de Keiko Fujimori.

Este exercício da presidência tem sido objeto de muito "acidente".

Ofensiva constante, no Congresso contra o seu mandato, mudanças constantes de membros do governo, dissonâncias entre a coligação de partidos que suportaram a sua maioria presidencial e o presidente também levaram a algumas fragmentações. Sobretudo com o Partido Perú Libre.

Desde o início do seu atribulado mandato e com muitas hesitações, diga-se, altos e baixos, mas com quem a maioria do país e das populações, sobretudo as populações de fora de Lima, rurais, e muitas urbanas de cidades mais pequenas se identifica.

Uma das necessidades básicas para um bom exercício do seu mandato, com vista até a uma reeleição, teria sido o de alargar a sua base social de apoio, sobretudo em Lima, junto de populações mais urbanizadas, onde reside um terço do eleitorado.

Não o conseguiu. Pedro Castillo, que me convidou para ser observador internacional nas eleições presidenciais, convite amável a que acedi, integrado na delegação do Partido da Esquerda Europeia, não é um político. É antes mais um professor rural e um sindicalista. Com um forte pendor de preocupação social e com bastante apoio nesse meio.

Ganhou e a guerrilha da direita já o tinha tentado destituir várias vezes no Congresso sem o conseguir. O "Lawfare" já utilizado em outros países, também, como foi o caso do Brasil, Equador, Bolívia, Argentina.

Desde a tomada de posse, também o presidente eleito Pedro Castillo esteve constantemente sobre a mira da "perseguição" ilegítima do aparelho judicial, nunca tendo conseguido, este, os seus intentos.

Anunciava-se mais uma votação para destituir o presidente eleito, no Congresso dos deputados. Este, o presidente Pedro Castillo, com alguma inabilidade política própria de quem chegou à política com esta eleição, e por algumas decisões controversas na escolha de renovadas equipas de governantes, com a sua feição cultural, algo tradicional e conservadora, que vê reduzida a sua base de apoio, quando o aconselhado era o inverso, no mesmo dia dessa votação decreta a dissolução do congresso a nomeação de um governo de emergência nacional,

decreta o estado de exceção, com vista à marcação de eleições para uma Assembleia Constituinte e à regularização, então, da vida democrática. Essa eleição, de uma Assembleia Constituinte, tinha sido uma das promessas eleitorais.

Não querendo entrar aqui em discussões sobre direito constitucional peruano, que não conheço, no entanto sou informado de que tal decisão presidencial não seria aconselhada, nem democraticamente viável. Teriam de ser outras as circunstâncias para tal decisão ter o seu legal enquadramento constitucional, como grave crise nacional ou grave crise de segurança ou soberania nacional.

Certamente existindo um "Tribunal Constitucional", esse seria o repto de tal decisão, que de resto não foi acatada por nenhuma instituição do país. Uma decisão pouco adequada e um incumprimento da mesma, estava dada a rotura institucional.

Quem aconselhou ao presidente tal caminho está por se saber. Passo seguinte, o Congresso vota a destituição do presidente e se, anteriormente, nunca tinha conseguido os votos necessários, consegue-os desta vez.

Vagando o lugar de presidente sobe, com o acordo do Congresso, o vice presidente, neste caso uma mulher, Dina Boluarte, à presidência.

Relatava a Radio France International: "O presidente peruano, Pedro Castillo, continuava detido nesta quinta-feira (8) em uma delegacia de Lima, um dia após ser destituído do cargo pelo Congresso. O chefe de Estado foi substituído pela sua vice-presidente, Dina Boluarte, duas horas depois. Castillo ameaçou dissolver o Parlamento, "manobra política" que foi considerada como uma tentativa de golpe de estado."

Relatava ainda: "A detenção de Castillo, por "incapacidade moral permanente", foi aprovada nesta quarta-feira (7) e anunciada pela procuradora Marita Barreto. Ele ficou apenas 17 meses no poder. Imagens divulgadas pela imprensa local mostram o presidente sentado em uma poltrona, cercado de policiais e representantes da Justiça. A destituição de Castillo foi transmitida ao vivo na TV e aprovada por 101 dos 130 parlamentares, dos quais 80 da oposição."

E ainda: "Castillo está no poder desde julho de 2021 e é alvo de seis investigações por corrupção e tráfico de influência, que também atingem membros de sua família. Esta foi a terceira tentativa do Congresso de afastar o presidente – ele tem 70% de taxa de rejeição popular."

Dada a delicada situação, a detenção na simples forma policial, carecerá de legitimidade institucional protocolar?

Dada a rotura institucional havida aconselha-se bom senso e condução no estrito caminho da democracia e da legalidade democrática.

A detenção do anterior mandatário numa esquadra policial de forma simples e ao arrepio de qualquer cumprimento das normas protocolares institucionais judiciais não fazem adivinhar tempos fáceis. A justiça para ser justa e eficaz tem de ter também na forma algo de entendível pela cidadania e não pode ser vista como "ajuste de contas".

Com efeito, o "país de Pedro Castillo" já tomou as ruas e aeroportos em várias regiões do país e exige a libertação imediata do presidente deposto, a dissolução do Congresso, a realização de uma eleição para uma Assembleia Constituinte e parecem não desmobilizar perante enfrentamentos com as "forças policiais". A existência já de mortos nesses confrontos poderá radicalizar a situação. Algumas forças partidárias de esquerda juntam-se à reivindicação de eleições antecipadas já.

A imprensa, "La República " informa: ..."Aumentam as mobilizações em Lima e nas regiões para exigir o fecho do Congresso. No interior e na capital, cidadãos começam a organizar-se e a protestar para pedir também a antecipação das eleições gerais. Na noite passada, a estrada Panamericana Sur foi bloqueada em Ica, na zona do Bairro Chinês".

Esta mobilização cidadã tem uma característica, foi o povo anónimo da província, aqueles que têm vivido na margem do desenvolvimento que iniciaram as mobilizações de indignação perante a prisão de Pedro Castillo. Depois se juntaram centrais sindicais e outros partidos políticos peruanos.

Está convocada uma greve geral ilimitada e a situação continua a radicalizar-se.

A nova presidenta garante o pedido ao Congresso que trabalhe na antecipação de novas eleições para o início de 2024. Constata-se uma crise institucional nos regimes presidenciais/parlamentares existente em muitos países da América Latina, que se manifestou no Brasil, no Chile, agora no Peru, sendo que nas Honduras a maioria presidencial foi acompanhada por uma maioria parlamentar, embora, depois, um sector tenha tentado romper essa maioria, mas que foi resolvido a seu tempo.

Uma maioria presidencial que não é seguida de uma maioria parlamentar, e dadas as dificuldades e as regras eleitorais de cada sistema, tornam inviável uma governação nestas condições. Estes sistemas liberais democráticos têm um problema de governabilidade decorrente do presidencialismo.

A situação tende a agravar-se no Peru. Já existem enfrentamentos militares armados nas ruas e em algumas regiões do país. O clamor é sobre a dissolução do Congresso, a libertação imediata de Pedro Castillo e a realização, já, de eleições para uma Assembleia Constituinte.

Algumas regiões militares estão a colocar as forças na rua decretando a suspensão dos direitos constitucionais e a darem ordens para disparar a matar sobre os manifestantes...os militares a iniciarem uma governação ao arrefio das forças políticas e da presidenta designada, ao que se sabe.

Terá sido aberta a caixa de pandora das botas militares, de novo? A oligarquia mafiosa agradece.

É o que veremos nos próximos dias, pois a situação ainda está muito indefinida e confusa.

A ofensiva popular deve manter-se no quadro das exigências democráticas, de novas eleições, de uma Assembleia Constituinte e manter as ofensivas representativas e as mobilizações

cidadãs nas ruas, evitando que a oligarquia e a extrema-direita possam fazer algum aproveitamento político da situação.

Pedro Castillo deve ter um tratamento justo e todo o direito à defesa, não se entendendo a necessidade de se manter detido, pois não pode já nada institucionalmente e mesmo quando podia não foi obedecido, pelo que a sua libertação poderia acalmar alguns ânimos e responder a algumas exigências populares, não constituindo, por isso, nenhum perigo.

Para que um país rico não possa estar cheio de pobres e para que uma oligarquia parasitária, que vive entre Lima e Miami, não continue a manter o domínio económico nesta realidade desigual, é importante que as forças da democracia, da esquerda, se unam na defesa dessa mesma democracia e de um programa económico e social claramente anti-neoliberal, passando a ser a defesa da soberania sobre as suas riquezas naturais a melhor garantia da aplicação dessas medidas.

Faço votos que as mobilizações populares saiam vitoriosas no respeito pela paz, pela democracia e pela majoritária vontade popular.

Assembleia Constituinte, eleições antecipadas o mais rápido possível, tratamento humano e condigno, julgamento justo com todas as garantias de defesa para o anterior presidente, com libertação imediata, parecem-me exigências justas e mais que razoáveis.

**Link:** <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/18/artigo-peru-um-suicidio-politico>

## *Agenda Acadêmica*

---

### **13ª Bienal da UNE – Festival dos Estudantes**

**Apresentação:** Entre os dias 2 e 5 de fevereiro de 2023 irá acontecer a 13ª bienal da UNE na Fundação Progresso e arcos da Lapa. A Bienal reúne arte, cultura, educação, ativismo, política, ciência e tecnologia com milhares de estudantes, do ensino médio à pós-graduação, de todas as regiões do país; contando com amostras e trabalhos organizados pelos próprios estudantes. Haverá emissão de certificado para aqueles estudantes que se inscreveram no evento.

**Data:** 2 a 5 de fevereiro de 2023

**Para mais informações:** <https://bienaldaune.com.br/>

### **6º Encontro Nacional de Serviço Social e a Seguridade Social que nós defendemos!**

**Apresentação:** A seguridade social que defendemos! É com esse mote que o CFESS e o CRESS-CE preparam para o ano de 2023 um dos maiores e mais esperados eventos para categoria profissional. Entre os dias 31 de março e 2 de abril de 2023 será realizado, em Fortaleza (CE), o “6º Encontro Nacional de Serviço Social e a Seguridade Social que defendemos”. O evento ocorrerá de forma presencial no Centro de Eventos do Ceará, com inscrições gratuitas e vagas limitadas, com um público

estimado em três mil participantes, entre assistentes sociais, estudantes de serviço social e outras categorias profissionais. As inscrições serão feitas por meio de site específico, que será lançado no final de janeiro de 2023. Não haverá reserva de vagas por e-mail. Acompanhe as informações pelo site do CFESS ou CRESS-CE.

**Data:** 31 de março a 2 de abril de 2023.

**Para mais informações:** <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1955>

## *Lançamentos*

---



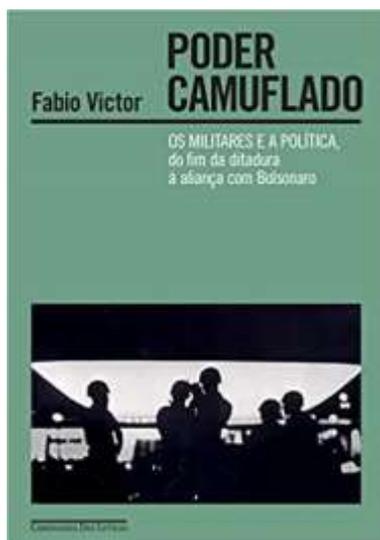
### **Os Condenados da Terra. Frantz Fanon. Editora Zahar, 2022**

**Sinopse:** Os condenados da terra é o ponto culminante de uma obra radical e incontornável abreviada pela morte precoce do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, um dos pensadores mais revolucionários do século XX.

Ao analisar a situação colonial, Fanon tensiona política, sociedade e indivíduo, demonstrando de forma clara as estratégias e efeitos do poder dominante — o resultado da opressão é raiva, dor e loucura. Com isso, o autor desmonta a lógica colonial europeia — branca, brutal e racista —, e propõe uma “descolonização do ser”, afirmando: “É preciso mudar completamente, desenvolver um pensamento novo, tentar criar um homem novo.” Só assim é possível criar um mundo realmente humano, onde a massa deserdada de homens e mulheres dos países colonizados e pobres — os condenados da terra — sejam os inventores de sua própria vida. Publicado em 1961, ano da morte de Fanon, que o escreveu doente e sabendo que o tempo era escasso, o

livro é considerado um clássico absoluto, suma de seu pensamento e um tratado magistral sobre as relações entre colonialismo, racismo e insubmissão.

Esta edição traz apresentação de Thula Pires, Wanderson Flor do Nascimento e Marcos Queiroz, além do prefácio de Jean-Paul Sartre à edição original de 1961 e texto de Cornel West.

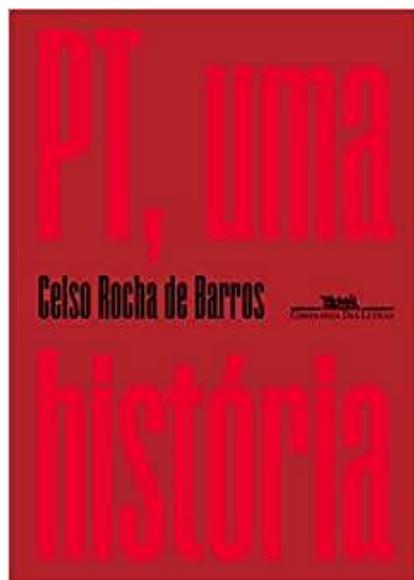


**Poder Camuflado: Os Militares e a Política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. Fabio Victor. Editora Companhia das Letras. 2022**

**Sinopse:** As eleições de 2018 assistiram a uma crescente onda fardada: quase mil candidatos de diferentes patentes se lançaram ao pleito eleitoral, e 73 deles se elegeram aos parlamentos nacionais e estaduais. Desde então, graças à aliança entre o chefe do Executivo e representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a politização da caserna e a militarização da Esplanada deram-se em escala impressionante. Em precedente perigoso, oficiais exerceram cargos públicos enquanto ainda estavam na ativa, confundindo sua carreira de Estado com as funções no governo.

Longe de ser um fator recente, no entanto, a permanência dos fardados na arena política é algo que caracterizou nosso processo de redemocratização, e ajuda a explicar o atual estado de coisas. Com o processo de reabertura democrática, pautado por acordo vantajoso para as Forças Armadas, poucas medidas foram tomadas que limassem sua influência, e seus interesses foram em grande parte preservados.

Passando pelos governos de Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer até a ascensão de Bolsonaro, este livro urgente mostra como a questão militar ainda representa um dos maiores desafios para o equilíbrio das instituições em nossa sociedade.



**PT, uma história. Celso Rocha de Barros. Editora Companhia das Letras. 2022**

**Sinopse:** O PT foi o grande vencedor de eleições presidenciais da Nova República, produziu seu líder mais popular e, de certa forma, representa as vitórias e derrotas do Brasil no período. Talvez por isso, também tenha virado o bode expiatório dos defeitos do sistema para parte do público brasileiro.

Com prosa brilhante e argumentação rigorosa, o sociólogo Celso Rocha de Barros passa a limpo meio século da história nacional e reconstrói a trajetória da mais amada e mais odiada de nossas agremiações políticas. Para além de esmiuçar as idiossincrasias da legenda, PT, uma história joga luz sobre as possibilidades e os limites da experiência da sociedade brasileira, uma democracia de alta desigualdade, com viés conservador.

**Expediente****Reitor****Prof. Mário Sérgio Alves Carneiro****Vice-reitora****Prof<sup>a</sup> Georgina Muniz****Sub-reitora de Graduação****Prof. Lincoln Tavares Silva****Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa****Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota****Sub-reitora de Extensão e Cultura****Prof<sup>a</sup> Cláudia Gonçalves de Lima****Diretora do Centro de Ciências Sociais****Prof<sup>a</sup>. Dirce Eleonora Nigro Solis****Coordenadora do PROEALC****Prof<sup>a</sup> Silene de Moraes Freire****Editora Responsável****Prof<sup>a</sup> Dra. Silene de Moraes Freire****Editor****André Luiz Brito Silva Ferreira  
(PROEALC/CCS/UERJ)****Coordenação de Produção****Brena da Silva Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)****Vitor de Araujo Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)****André Luiz Brito Silva Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)****Raphael Mello Rezende****(PROEALC/CCS/UERJ)****Diagramação e Revisão****Vitor de Araujo Ferreira****(PROEALC/CCS/UERJ)*****Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.***